

*A Colaboração das Forças Armadas Na Inclusão da Juventude no Hemisfério
Occidental*

Coronel Thales Mota de ALENCAR¹

Recibido: 09 de diciembre de 2022; Aceptado: 17 de marzo de 2023

Thales Mota de Alencar, "A colaboração das forças armadas na inclusão da juventude no hemisfério ocidental," *Hemisferio Revista del Colegio Interamericano de Defensa*, 9 (2023): 99-129. <https://doi.org/10.59848/24.1207.HV9n5>

Resumo

A juventude é protagonista da construção do futuro da sociedade, devendo ser incluída no planejamento estratégico de uma nação. Vítimas ou vilões de um mundo onde o conflito é uma constante, os jovens influenciam consideravelmente o ambiente de segurança em suas diversas dimensões, permeando todas as esferas públicas ou privadas, civis ou militares. Assim, o presente artigo visa identificar a participação das Forças Armadas na colaboração com a inclusão da juventude no Hemisfério Ocidental, dentro de uma harmônica relação civil-militar, apresentando algumas experiências de sucesso no continente.

Abstract

The youth is the protagonist in the construction of society's future and should be included in the strategic planning of a nation. Victims or victimizers of a world where conflict is a constant, young people considerably influence the security environment in its various dimensions, permeating all public or private, civilian or military spheres. Thus, the present article aims to identify the participation of the Armed Forces in collaborating with the inclusion of youth in the Western Hemisphere, within harmonious civil-military relations, presenting some successful experiences on the continent.

Palavras-chave: juventude; inclusão; conflito; forças armadas; relações civis-militares.

Keywords: youth; inclusion; conflict; armed forces; civil-military relations.

¹ Coronel do Exército Brasileiro. Doutor em Ciências Militares pelo Instituto Meira Mattos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército Brasileiro (IMM/ECEME). Mestre em Defesa e Segurança Interamericana pelo Colégio Interamericano de Defesa (Classe 61) e em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército Brasileiro (EsAO). Oficial de Estado-Maior, graduado tanto no Brasil quanto na Alemanha. Foi observador Militar das Nações Unidas no Sudão e atualmente comanda o Colégio Militar de Brasília, onde é diretor de ensino de uma escola que oferece educação básica para cerca de 3.000 jovens e crianças.

Introdução

Ao se abordar a temática defesa e segurança e suas diversas dimensões não se pode excluir a importância da juventude na construção de um futuro de paz. Sejam atuando como vítimas ou vitimadores, o fato é que os jovens são protagonistas de um cotidiano de violência global e não devem ser desconsiderados do debate.

Além de fatores de risco individuais, como o desemprego e consumo de drogas, a juventude encontra-se exposta a riscos sistêmicos, como a desigualdade social, pobreza, além da baixa presença do Estado.² E no Hemisfério Ocidental, particularmente na América Latina e Caribe, percebe-se que a juventude tem sido ainda muito excluída da sociedade, dada a debilidade das instituições governamentais.

Mas, apesar do considerável avanço nas políticas pró-juventude do Hemisfério Ocidental dos últimos anos, ainda há muito o que se fazer a respeito do tema. Os índices de conclusão da educação básica ainda estão muito aquém do ideal, dificultando a transição para a fase adulta e inserção no mercado laboral. Além disso, a expressiva desigualdade social, com uma massa de jovens vivendo em situação de vulnerabilidade, é um aspecto que se reflete por meio do elevado número de mortes violentas juvenis, envolvimento em atitudes ilícitas, gravidez precoce, doenças sexualmente transmissíveis, dentre outras consequências que dificultam a inclusão.³

Portanto, dentro de uma perspectiva de que a solução para a inclusão da juventude é transversal à toda a sociedade, desde a família até o Estado, é que este trabalho visa a identificar a participação das Forças Armadas em prol da juventude.

Para tanto, o artigo inicia falando sobre a inclusão da juventude no contexto de segurança e paz hemisférica, explorando conceitos de conflito, violência e inclusão. Em seguida, é abordada a participação das Forças Armadas em missões não-tradicionais, inserindo-se aí a juventude, mas buscando também clarear o importante papel das relações civis-militares. A proposta é que os militares possam contribuir com a inserção da juventude, por meio de tarefas bem definidas pela sociedade. Adicionalmente, o trabalho destaca algumas experiências de relevância no Hemisfério Ocidental, em que as Forças

² Organização Mundial de Saúde, “Youth violence”, 08 de junho de 2020, acessado em 10 de novembro de 2022, <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/youth-violence>.

³ Organização Panamericana de Saúde, “Profile of adolescents and youth in the Americas, with a focus on demographic and socioeconomic characteristics”, em *The Health of Adolescents and Youth in the Americas*, 05 de março de 2019, acessado em 25 de setembro de 2022, <https://www.paho.org/adolescent-health-report-2018/part-one-a-profile-of-adolescents-and-youth-in-the-americas.html>

Armadas têm atuado em prol da juventude. Por outro lado, a pesquisa não aprofundou os estudos sobre a parcela dos jovens que não deseja aproximação com as Forças Armadas por motivos diversos, como a participação na criminalidade ou por cunho ideológico, por exemplo.

De todo modo, o trabalho mostra que a contribuição dos militares para com a juventude, longe de desejar protagonismo ou mostrar-se como resposta única e verdadeira, visa estender a mão amiga àqueles que serão atores principais para a criação de um ambiente de segurança e paz no continente americano.

A inclusão da juventude no ambiente de segurança e paz hemisférica

Quando se fala sobre a juventude, é normal que venha a mente a seguinte indagação: até que idade alguém pode ser considerado jovem? Para a Organização das Nações Unidas (ONU), os jovens são todas as pessoas enquadradas na faixa etária dos 15 aos 24 anos de idade. Porém, esse conceito pode divergir em diferentes regiões, segundo critérios institucionais, socioculturais, políticos ou econômicos, mas que não fogem muito do conceito estabelecido pela ONU, em concordância com seus estados membros.⁴

O fato é que existe atualmente no globo cerca de 1,2 bilhão de jovens, representando aproximadamente 16% da população mundial.⁵ Já no Hemisfério Ocidental, estima-se que existam mais de 230 milhões de jovens ou cerca de 23% da população do continente americano.⁶ Esses números expressivos por si só ressaltam a necessidade de não ignorar a juventude e seu papel na sociedade. Além disso, os jovens sempre exerceram forte protagonismo nas mudanças da sociedade mundial. Porém, o reconhecimento de sua importância como parcela prioritária da população é um fenômeno relativamente recente.

Em 1965, os estados membros da ONU emitiram a Declaração sobre a Promoção entre os Jovens dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Entendimento entre os Povos, sendo este um marco significativo para a inclusão da juventude na sociedade, com ênfase na igualdade e educação.⁷ Nos anos seguintes, diversas outras iniciativas foram

⁴ Organização das Nações Unidas, “Youth”, acessado em 25 de setembro de 2022, <https://www.un.org/en/global-issues/youth>

⁵ Organização das Nações Unidas.

⁶ Organização Panamericana de Saúde, “Profile of adolescents and youth”.

⁷ Organização das Nações Unidas, Assembleia Geral, *Declaration on the Promotion among Youth of the Ideals of Peace, Mutual Respect and Understanding between Peoples*, Resolução 237 de 07 de dezembro de 1965, acessado em 25 e setembro de 2022, <https://www.ohchr.org/en/resources/educators/human-rights-education-training/3-declaration-promotion-among-youth-ideals-peace-mutual-respect-and-understanding-between-peoples>

implementadas, dentre as quais destaco a Resolução 2250 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 2015, sobre juventude, paz e segurança. Esta foi a primeira resolução que abordou a relação entre jovens e a manutenção da paz e segurança internacionais, focando nos pilares da participação, proteção, prevenção, parcerias, desengajamento e reintegração.⁸

No que se refere ao Hemisfério Ocidental, a Organização dos Estados Americanos (OEA) também prioriza a juventude como essencial para o desenvolvimento de uma nação, ao passo que reconhece que os jovens ainda enfrentam dificuldades para serem incluídos na sociedade, exercendo seus direitos e tendo acesso às oportunidades.⁹

Porém, ao se abordar a relação da juventude com a segurança hemisférica, faz-se necessário uma definição sobre conflito e violência, de modo a sistematizar o pensamento acerca do assunto em pauta.

Nesse sentido, parece que existe uma compreensão geral de que há conotação negativa quando se define o termo “conflito”. Muitas vezes apresentado como resultado de dificuldades de comunicação, pode-se definir o conflito como sendo a oposição de ideias, no meio de uma disputa de poder, em que as partes possuem objetivos diferentes. Sem dúvida, quando se coloca em um mesmo ambiente atores com valores, crenças e culturas distintas, a tendência natural é que haja o choque de interesses, que pode ser agravado até um nível elevado de violência. Portanto, entende-se que o conflito faz parte do convívio entre pessoas e que não necessariamente produzem efeitos destrutivos. Na verdade, os conflitos podem ser direcionados para se obter resultados construtivos, por meio da identificação de pontos de convergência entre as partes.¹⁰

Porém, infelizmente os conflitos normalmente conduzem a diversos níveis de violência, sobretudo em sociedades bastante heterogêneas, como nos países do Hemisfério Ocidental. Assim, na busca da paz, seguindo o pensamento de Galtung,¹¹ é necessário colocar um ponto final na violência para se chegar à paz. Porém, a violência

⁸ Organização das Nações Unidas, Conselho de Segurança, *Youth Peace and Security*, Resolução 2250 de 09 de dezembro de 2015, acessado em 25 de setembro de 2022, https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2250.pdf

⁹ Organização dos Estados Americanos, “Juventude”, acesso em 25 de setembro de 2022, <https://www.oas.org/pt/topicos/juventude.asp>

¹⁰ Caritas, “Construindo a Paz: Um Manual de Treinamento de Caritas”. Caritas Internationalis, (Vaticano: Caritas Internationalis, 2005), 66.

¹¹ Johan Galtung, “Violence, War, and Their Impact: On Visible and Invisible Effects of Violence”, *Polylog: Forum for Intercultural Philosophy* (2004): 1-16, acessado em 03 de setembro de 2022, <https://them.polylog.org/5/fgj-en.htm>

não é tão fácil de ser identificada, na medida em que possui outras expressões nem sempre visíveis. A contrário da violência direta, que gera danos concretos a outrem, encontramos ainda as violências estruturais e culturais, as quais são vértices invisíveis de um triângulo, e que, se não forem combatidas, perpetuarão o ciclo destrutivo oriundo dos conflitos.¹² Galtung ainda enxerga a violência como algo que gera a diferença entre o que é real e o que é potencial.¹³ Assim, quando as pessoas agem ou mesmo se omitem para que uma realidade não atinja sua potencialidade, estão praticando algum tipo de violência. E esse pensamento faz todo sentido quando se trata da juventude e ações ou omissões da sociedade em torno dessa parcela dinâmica de seres humanos.

O problema é mais evidente quando observamos a América Latina como sendo uma das regiões mais violentas do planeta, materializada por elevadas taxas de homicídios, sobretudo entre os jovens. Tal panorama tem no crime organizado sua faceta mais visível. Assim, concordo quando se associa a participação da juventude na criminalidade à desigualdade social, resultante em sua maior parte pela deficiência dos sistemas políticos e sociais, bem como na dificuldade de o Estado se fazer presente, proporcionando justiça e inclusão, o que contribui para fomentar atividades ilícitas e resolução de conflitos por meio da violência.¹⁴ Na mesma direção, a concentração de homicídios em áreas urbanas latino-americanas pode ser associada à exclusão social, deterioração da família e evasão escolar, aliada à debilidade das instituições estatais.¹⁵

Além disso, a elevada desigualdade social latino-americana contribui para o aumento da violência, na medida em que a disputa por ascensão social, emprego e bens públicos se torna mais acirrada, tendendo ao favorecimento às elites locais. E nesse ponto, a juventude é mais atingida, de modo que o desemprego entre jovens corresponde ao triplo dos adultos. Mais da metade dos jovens atua no mercado informal e milhões nem estudam e nem trabalham, fazendo com que a juventude seja mais facilmente cooptada

¹² Johan Galtung.

¹³ Johan Galtung, “Violence, Peace and Peace Research”. *Journal of Peace Research*, v. 6, n. 3, 1969, p. 167-191.

¹⁴ Ernesto Rodríguez, “¿Radicalización juvenil potenciada o facilitada con internet?: comparando procesos en Europa y América Latina, a propósito del vínculo entre jóvenes y terrorismo islamista”, *Informe Final del Proyecto de Investigación “Identificando Diferencias entre América Latina y otras Regiones del Mundo, en el Complejo Vínculo entre el Internet y la Radicalización Juvenil”*, Montevideo, Outubro de 2017, 11-13, acessado em 03 de setembro de 2022, <http://www.celaju.net/wp-content/publicaciones/2018/03/radicalizacion-juv-e-internet1.pdf>

¹⁵ Spencer Chainey e Robert Muggah, “Homicide concentration and retaliatory homicide near repeats: An examination in a Latin American urban setting”, *Police Journal: Theorie, Practice and Principles*, 2022, v.95(2), 255-275.

por gangues e facções, como forma de ascensão socioeconômica, incrementando os índices de violência urbana.¹⁶

Adicionalmente, as consequências da pandemia da COVID-19 agravaram ainda mais o abismo social entre ricos e pobres, comprometendo sobretudo o futuro dos jovens. Em pesquisa mundial realizada pelas Nações Unidas constatou-se a desproporcionalidade dos impactos sociais na juventude com menos de 18 anos de idade e os que vivem em países mais pobres, no que inclui a América Latina. No que se refere ao acesso ao emprego, houve uma redução de cerca de 23% das horas de trabalho e 42% dos rendimentos salariais entre os jovens, ampliando o desemprego juvenil. Da mesma forma, os jovens se viram prejudicados em sua formação educacional, indicando que, apesar da adaptação ao ensino virtual, mais da metade acreditava que teriam seus estudos atrasados.¹⁷ Uma segunda rodada pesquisa focada na América Latina, confirmou tais reflexos negativos da pandemia para a juventude¹⁸ e, nessa direção, alerta-se sobre a pobreza da aprendizagem em tempos de COVID-19, bem como a precarização do trabalho, aumento da informalidade e dependência da proteção social do estado.¹⁹

Portanto, em um cenário desafiante, além da recente pandemia, a pobreza, a desigualdade e a violência representam obstáculos para o progresso dos países latino-americanos, na medida em que os jovens com idade entre 15 e 24 anos correspondem a 26.2% da população com idade de trabalhar (15-64) em contraste com o mesmo índice dos países integrantes da Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE) que é de 15,9%.²⁰

Aliado a isso, não se deve negligenciar a importância da juventude quando se discute segurança multidimensional. Os jovens são “motores” importantes nas dinâmicas

¹⁶ Robert Muggah, “Combatendo o Crime Organizado na América Latina: Entre Mano Dura e Segurança Cidadã” em *Promessas Não Cumpridas: A América Latina Hoje*, eds. Michael Shifter e Bruno Binetti (Washington DC: Inter-American Dialogue, 2019), 31-55.

¹⁷ Organização das Nações Unidas, “Los jóvenes y la COVID-19: efectos en los empleos, la educación, los derechos y el bienestar mental”, *Informe de la encuesta 2020*, Organização Internacional do Trabalho, 2020, 2-4.

¹⁸ Allán S. Osorio, “Segunda Encuesta Regional sobre Juventud & COVID19 en LAC. Grupo de trabajo sobre juventud” (Apresentação, Painel sobre a situação dos jovens na América Latina e Caribe na Oficina “Los retos de la inclusión laboral juvenil para una recuperación transformadora”, Santiago, Chile, 09 de agosto de 2022).

¹⁹ Raquel García, “Diagnóstico y retos de la inclusión social y laboral de las y los jóvenes” (Apresentação, Painel sobre a situação dos jovens na América Latina e Caribe na Oficina “Los retos de la inclusión laboral juvenil para una recuperación transformadora”, Santiago, Chile, 09 de agosto de 2022).

²⁰ Sonia Gontero, “Desigualdades en la transición de la escuela al trabajo entre los jóvenes latino-americanos” (Apresentação, Painel sobre transição escola-trabalho na Oficina “Los retos de la inclusión laboral juvenil para una recuperación transformadora”, Santiago, Chile, 09 de agosto de 2022).

sociopolíticas ou mesmo os “engenheiros” por trás dessas mudanças. Normalmente sem poder de voz nas decisões políticas e econômicas, os jovens normalmente são levados em consideração somente quando representam uma ameaça à paz social.²¹ Além disso, a mobilização violenta de jovens pode ser vista segundo diferentes lentes, como os grupos e identidades, queixas e injustiças percebidas e ambições e incentivos. Assim, o sentimento de pertencimento, somado às frustrações por expectativas não atendidas e oportunidades de ganho financeiro ou social atuam como uma verdadeira mola propulsora para a mobilização violenta da juventude.²²

Além do exposto, ocorre a exclusão dos jovens da agenda pública latino-americana, generalizando-os em torno de “mitos” que os estigmatizam.²³ O primeiro desses “mitos” é o que diz que a juventude não tem preocupações, sendo tida como desinteressada e superficial. Porém, os jovens parecem realmente não se identificar com os assuntos políticos, pelo fato de não se sentirem representados com o que lhes é apresentado. Por outro lado, participam ativamente em outras áreas, com destaque para a utilização maciça do meio virtual. Outros “mitos” apontam que a juventude interamericana não se dedica às tarefas que exigem esforço ou desprendimento e que também é conflituosa.²⁴ Em consequência, esse distanciamento entre o potencial (inclusão da juventude) com o real (exclusão da agenda pública e mitos) pode resultar em mobilização violenta.

Nesse sentido, o século XXI tem experimentado diversas mobilizações político-sociais em que a juventude tem sido o motor desse movimento, a exemplo da Primavera Árabe, que contribuiu para derrubar diversos governos de países do norte da África. Na América Latina não tem sido diferente, com manifestações sociais promovidas pela juventude em diversos países.²⁵ Dentre estas, podemos destacar as manifestações sociais nas ruas do Brasil, ocorridas em junho e julho de 2013, bem como as reivindicações pela qualidade da educação no Chile com a Marcha do Pinguins e na Colômbia com o movimento organizado pela Mesa Ampla Nacional Estudantil (MESA).²⁶

²¹ Mark D. Hamilton, *Change Youth Can Believe In? Theories of Violent Mobilization and Lessons for Youth Peacebuilding in Policy and Practice*, Unpublished Paper Presented at Annual Convention of the International Studies Association – ISA (New Orleans, February 2010), 3.

²² Mark D. Hamilton, 5-7.

²³ Bernardo Kliksberg, “O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações”, *RAP*, v. 40 (setembro-outubro 2006): 909-942.

²⁴ Bernardo Kliksberg.

²⁵ Pablo Vommaro, “Youth and mobilizations in Latin America: 20 years of persistence and prominence”, em *Social, political, and religion movements in the modern Americas*, coord, Pablo A. Baisotti (New York: Routledge, 2022), 50-76.

²⁶ Pablo Vommaro.

Assim, no Hemisfério Ocidental, a elevada desigualdade social e econômica tem sido fator gerador de descontentamentos e, por conseguinte, de conflitos. Além disso, o Estado apesar de ser o principal alvo das demandas nos conflitos, possui baixa capacidade institucional para bem gerenciá-los.²⁷ A situação se complica ainda mais devido ao elevado nível de descentralização dos movimentos e crises, muito influenciada pela ampla utilização da internet como espaço de expressão, onde as mídias sociais exercem um papel fundamental. Nesse campo, os jovens se destacam pela capacidade de mobilização, alimentada pela frustração de expectativas socioeconômicas não atendidas. Há ainda a ser levada em conta a expressiva capacidade da juventude para promover mudanças, que podem levar a conflitos violentos, mas que tem o lado positivo de conduzir à renovação.²⁸

Assim, os jovens detêm algumas características que os posicionam como protagonistas, a exemplo da elevada capacidade de se organizar e se mobilizar, facilitada pelas mídias sociais como ferramenta de articulação. Além disso, a reunião de jovens ocupando os espaços públicos gera muita visibilidade, potencializada também pelos meios de comunicação.²⁹ De qualquer modo, o processo de inclusão social juvenil tem fracassado, na medida em que são vistos como um “grupo de risco”, quando na realidade deveriam ser considerados como “atores estratégicos de desenvolvimento”, com sua própria identidade e visão de mundo.³⁰

Além disso, se por um lado a violência resultante das diversas expressões violentas da juventude exige uma resposta repressiva do estado para impor a ordem social, por outro lado tal “mão dura” não tem produzido resultados sustentáveis no tempo. Isso porque os países que adotam um enfoque puramente repressivo têm fracassado no combate à violência, em oposição àqueles que não fazem o uso da força para reprimi-la. Porém, a dúvida de qual a melhor solução para o caso divide as opiniões e parece não produzir resultados muito substanciais. Mas, independentemente da corrente adotada, o fato é que abordagens tanto repressivas quanto preventivas devem ser levadas em conta,

²⁷ Fernando Calderón, “Ten theses concerning social conflict in Latin America” trad. pelo Colégio Interamericano de Defesa como “Dez teses sobre o conflito social na América Latina”, CEPAL Revisão, nº 107 (Agosto 2012): 7-29.

²⁸ Fernando Calderón.

²⁹ Pablo Vommaro, *Juventudes y políticas en la Argentina y en América Latina: tendencias, conflictos y desafíos* (Buenos Aires: Grupo Editor Universitario), 75-79.

³⁰ Ernesto Rodríguez, “Jóvenes y ciudades en un mundo globalizado: relaciones intergeneracionales y espacio público desde una perspectiva latino-americana y con enfoque de derechos” (Apresentação, Painel “Juventudes Interpeladas: de los Problemas de las Juventudes a la Ampliación de Derechos”, Santa Fe, Argentina, 01 de junho de 2016).

atuando de forma complementar, equilibradas e integradas, conforme as necessidades e dentro dos limites dos direitos humanos.³¹

Por conseguinte, nessa abordagem integrada de controle da violência e criminalidade da juventude, considero relevante a ideia de dividir as atenções aos jovens em 3 níveis distintos, porém complementares, segundo a proposta de Rodríguez. O primeiro nível refere-se à atenção primária, com medidas de caráter preventivo, de forma a oferecer alternativas para canalizar o comportamento dos jovens para atividades construtivas, distanciando-os da criminalidade. Um exemplo da atenção primária seria a ampliação das atividades da escola como um espaço alternativo para integração comunitária e familiar, particularmente nos finais de semana, em áreas onde há maior ocorrência de conflitos violentos e sem muitas opções de lazer e aprendizagem para a população.³² Oficinas de artesanato, teatro, cursos e palestras no ambiente escolar seriam exemplos desse tipo de atividade.

No que tange à atenção secundária, esta foca nas respostas diretas ao combate à violência, direcionando os esforços em indivíduos ou grupos que praticam atos delituosos, tendo como exemplo práticas para retirar os jovens vulneráveis do crime e inseri-los no mercado laboral por meio da capacitação. Já a atenção terciária visa o longo prazo, direcionando as políticas para a recuperação de jovens que cometem atos violentos e delituosos e para a superação de traumas, a exemplo de programas de penas alternativas ao encarceramento.³³

Nessa mesma direção, tal abordagem traz algumas semelhanças com a ideia de transformação de conflitos,³⁴ na medida em que se propõe consolidar a paz ao longo prazo, a fim de atingir os vértices do triângulo da violência de Galtung.³⁵ Do mesmo modo, se assemelha ao paradigma de Reimann, em que as Vias I (nível político de ajustamento de conflito), II (níveis acadêmicos e diplomáticos na regulação de conflitos, por exemplo) e III (organizações populares, comunidade local) integram-se na busca por uma solução sustentada no tempo e orientada para cada região e suas especificidades

³¹ Ernesto Rodríguez, “Radicalización juvenil”, 11-16

³² Ernesto Rodríguez, “Jóvenes y violencias en América Latina: dos miradas convergentes desde el enfoque de derechos humanos” (Apresentação, Seminário “Violencia Juvenil em Centroamérica: Iniciativas de Prevención y Rehabilitación desde la Sociedad Civil”, São Salvador, El Salvador, 29 de setembro de 2005).

³³ Ernesto Rodríguez, “Jóvenes y violencias”.

³⁴ Cordula Reimann, *Assessing the State-of-the-Art in Conflict Transformation: Reflections from a Theoretical Perspective* (Berlin: Berghof Research Center for Constructive Conflict Management, 2004), 4-13, acessado em 04 de setembro de 2022, <https://berghof-foundation.org/library/assessing-the-state-of-the-art-in-conflict-transformation>

³⁵ Johan Galtung, “Violence, War”, 1-16.

socioeconômicas e culturais. Reformulação das legislações sobre a juventude, a exemplo daquelas da esfera jurídica, e estratégias políticas típicas da Via I podem se apoiar em ideias oriundas de discussões acadêmicas da Via II e finalmente contribuir para que própria comunidade local (Via III) seja sujeito do processo de consolidação da paz, que, no caso da juventude, proporcione sua inclusão de forma sustentável na sociedade local.³⁶

Em complemento, ao se buscar a inclusão da juventude, há de se ter muito cuidado para não se deixar iludir com soluções de sucesso de outros países ou regiões distintas, mesmo dentro do continente americano, onde os problemas acerca dos jovens guardam semelhanças entre si. Portanto, há de se considerar que as sementes da construção da paz já existem em cada região ou comunidade e sua cultura local. Afinal, um conflito não surge de repente. Ele é fruto de uma construção sociocultural, em que as pessoas interagem de forma ativa segundo seus costumes. Assim, as fórmulas para gerir os conflitos devem ser individualizadas para cada caso, de modo que uma teoria de mudança para construir a paz pode ou mesmo deve ser customizada para cada situação ou local.³⁷ Além disso, a construção da paz deve criar condições para que as pessoas, neste caso os jovens, possam locomover-se tanto lateralmente quanto verticalmente na sociedade a que pertencem.³⁸

Portanto, os princípios operacionais para a construção da paz se encaixam perfeitamente em uma proposta de inclusão da juventude. Pois uma solução permanente exige que se visualize o problema em sua totalidade, integrando esforços entre os atores de maneira sustentável e com objetivos de longo prazo, além de proporcionar as ferramentas materiais adequadas.³⁹ Em outras palavras, os jovens necessitam do apoio integrado de todos: desde o Estado até o indivíduo, permeando a família, a comunidade e setor privado, dentre outros.

Nesse sentido, ao se propor a inclusão da juventude no contexto da construção da paz, encontramos um lugar comum entre o ideal e o mundo real ou entre o potencial e

³⁶ Cordula Reimann, "Assessing the State-of-the-Art", 4-13.

³⁷ John Paul Lederach, *Preparing for Peace: Conflict Transformation across Cultures* (Syracuse: Syracuse University Press, 1995).

³⁸ John Paul Lederach, *Building Peace: Sustainable Reconciliation in Divided Societies* (Washington DC: United States Institute of Peace, 1997).

³⁹ John Paul Lederach, *Building Peace*. Lederach prevê que cinco princípios devem ser considerados na construção da paz: abrangência; interdependência, sustentabilidade; abordagem estratégica; e infraestrutura. A abrangência visa enxergar o conflito em sua totalidade. A interdependência diz respeito à união de esforços entre os atores e sua integração. A sustentabilidade tem por objetivo a construção da paz no longo prazo. A abordagem estratégica visa ser proativo tanto no curto quanto no longo prazo. A infraestrutura oferece as condições materiais para a paz no longo prazo.

o efetivo de Galtung.⁴⁰ Pois qualquer visão de paz mundial ou interamericana ou mesmo um projeto de desenvolvimento e progresso de uma nação hemisférica necessitam da participação efetiva da juventude. Os jovens são necessários para se gerar riqueza ao mesmo tempo em que são vitais para se manter a estabilidade da defesa e segurança em todas as suas dimensões. Assim, a responsabilidade recai sobre os ombros de todos: seja público ou privado, sejam civis ou militares.

Os próprios militares, do mesmo modo que são os responsáveis por conduzir a guerra, são também protagonistas na construção da paz, na medida em que uma paz sustentável e duradoura é o estado final desejado de uma sociedade, razão de ser da existência de Forças Armadas. Cabe a estas o papel da defesa, mas também participação na prevenção, regulação e transformação de conflitos.⁴¹

Mas, infelizmente, muito pouco ainda tem sido realizado na prática para incluir a juventude na agenda de defesa e segurança. No mundo inteiro, jovens têm sido utilizados como massa de manobra na luta por diversas “causas”, mas que não buscam de fato a construção de futuro de paz para a própria juventude. Mas de vítimas e perpetradores, os jovens podem ser os protagonistas da mudança social. Existem, porém, diversas iniciativas de transformação de conflitos voltadas para a juventude, mas ainda sem a força necessária por parte das instituições de Estado.⁴²

Portanto, acredito que as Forças Armadas do Hemisfério Ocidental também podem colaborar com a inclusão da juventude, contribuindo para a construção de um futuro de prosperidade e de paz. Mas essa colaboração deve ser não no sentido de militarizar, doutrinar ou buscar protagonismo perante os jovens. Ela deve ser um instrumento a mais nas mãos da sociedade para poder construir uma agenda positiva para o futuro.

Dessa forma, essa participação dos militares deve ocorrer em um ambiente de confiança, amparada por regras estabelecidas em harmonia com as boas relações civis-militares, conforme será apresentado a seguir.

As Forças Armadas e as relações civis-militares frente aos desafios não-tradicionais da atualidade.

⁴⁰ Johan Galtung, “Violence, Peace”, 167-191.

⁴¹ Thomas Matyok e Cathryne Schmitz, “Existe motivo para estudos sobre a paz em um currículo centrado na guerra do futuro?”, *Military Review*, setembro-dezembro 2014, 51-5.

⁴² Search for Common Ground (SFCG), *Children Youth and Conflict: An Introductory Toolkit for Engaging Children and Youth in Conflict Transformation* (Washington, DC: SFCG, 2010).

Ao abordar a temática da inclusão da juventude inserindo a contribuição das Forças Armadas nesse papel, é interessante ter como ponto de partida as relações civis-militares. Até mesmo porque em um primeiro olhar, a participação da caserna em assuntos dessa natureza pode se contrapor à missão primordial das Forças Armadas de defesa da pátria.

Assim, devemos lembrar que a concepção westfaliana que gerou o estado-nação e a natural divisão do trabalho no decorrer da história, fez surgir a necessidade de a sociedade delegar a missão de sua proteção aos militares. Portanto, fica claro que o processo de evolução, organização, desenvolvimento e especialização das Forças Armadas as tenha transformado em instituições fortes e permanentes, mas que são muitas vezes temidas pela própria sociedade que as criou, devido ao próprio tamanho de sua força, gerando a problemática civil-militar. Portanto, as relações civis-militares devem ser constantemente discutidas, de forma a se atingir um ponto de equilíbrio, de modo que nem a capacidade de defesa da sociedade seja diminuída, nem os militares extrapolem seus limites de atuação, a fim de não submeterem a própria sociedade que lhes confia a sua proteção.⁴³

Nessa discussão, Huntington propõe a máxima profissionalização dos militares como instrumento que permita a sua submissão natural aos civis, dentro do que o autor chama de "controle objetivo". Este controle teria a sua maior eficácia, na medida em que se reconheça o militar como um profissional altamente especializado, dando um caráter mais técnico à sua atuação. Desse modo, não deveria haver interferência nos assuntos ditos militares, pois somente os profissionais da guerra seriam os peritos que dominam as técnicas necessárias para conduzir a defesa da nação. Isso faria com que os soldados se mantivessem alheios aos assuntos políticos, ao mesmo tempo em que se manteriam capazes de cumprir as suas missões, o que os levaria a subordinar-se aos civis dada à sua neutralidade política. Qualquer tentativa de interferir nas atividades das Forças Armadas minaria o controle objetivo, gerando mais tensão nas relações civis-militares. Constatado que este pensamento fica mais fácil de ser visualizado, na medida em que os avanços científicos-tecnológicos dos sistemas de armas modificam rapidamente a doutrina de emprego militar, exigindo profissionais cada vez mais especializados e capacitados, voltados para a aplicação de sua técnica. Da mesma forma, vejo que missões bem

⁴³ Peter Feaver, "The Civil-Military Problematique: Huntington, Janowitz, and the Question of Civilian Control." *Armed Forces and Society*, 23, Winter 1996, 149-178.

definidas pela sociedade, por meio de suas leis e regras, contribuem para que o soldado atue de forma profissional, dentro daquilo que o seu país espera dele.⁴⁴

Porém, na mesma linha da profissionalização militar, mas seguindo raciocínio de cunho sociológico, Janowitz contesta que os militares seriam submetidos naturalmente aos civis ao simplesmente permanecerem restritos ao cumprimento de suas missões, dentro de uma ótica de divisão do trabalho, como acredita Huntington. Para Janowitz, à medida em que a sociedade evolui e as condições sociais se diferem no tempo e espaço, o profissionalismo militar também acompanha essas mudanças, fazendo com que haja militares politicamente atentos ao que se passa, estando conscientes de sua posição na sociedade e, naturalmente, buscando maneiras de participar e influenciar nas decisões políticas. Nesse sentido, observo esse fenômeno como espontâneo, assim como ocorre em outros campos do poder, pelo simples fato de que tanto militares como civis são partes integrantes de um mesmo povo, que busca sua sobrevivência e perene construção de sua identidade como nação.⁴⁵

Mas, apesar de tanto Huntington como Janowitz serem as principais referências de pensadores quando o assunto é a sensível relação civil-militar, não se deve esquecer que ambos são norte-americanos, e que abordam a realidade do pós-guerra de um país desenvolvido, com uma democracia madura e de sólidas instituições, como são os Estados Unidos da América. Mesmo assim, suas contribuições ajudam a compreender o cenário de todo o continente americano das relações civis-militares.

A América Latina, por ser historicamente uma região com baixa quantidade de conflitos interestatais, faz com que se invista menos em defesa em relação ao produto interno bruto de seus países, quando comparado ao restante do mundo. Tal fato explica o baixo interesse sobre o assunto por parte da classe política, já que os países latino-americanos enfrentam outros problemas estruturais de maior relevância, a exemplo daqueles de cunho econômico e social, que protagonizam a agenda político-partidária. Portanto, ainda são poucos os civis que dominam os temas de defesa. Ainda assim, os países latino-americanos encontraram uma maneira peculiar de “controle político civil”, em que civis estão à frente das estruturas de defesa, mas pouco intervindo nos assuntos

⁴⁴ Samuel P. Huntington, *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations* (Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1957), 7-97.

⁴⁵ Morris Janowitz, *The Professional Soldier: A Social and Political Portrait* (New York: The Free Press, 1971), 3-17.

militares propriamente ditos.⁴⁶ O fato é que a região já vivencia um longo período de estabilidade democrática, ao mesmo tempo em que os militares ainda possuem significativa importância como atores políticos,^{47 48} de modo que os soldados já aprenderam a ser submetidos à supervisão civil, afastando o receio de levantes militares.⁴⁹

Assim, um fenômeno interessante e construtivo parece ter se consolidado na América Latina: o emprego de Forças Armadas em missões distintas da defesa. Dentre estas missões podemos destacar: o combate à criminalidade geral e organizada, como o tráfico de drogas, na América Central, Bolívia, Colômbia e Brasil; a condução da contra insurgência na Colômbia; os programas de combate à pobreza na Argentina, Venezuela e Equador; o apoio ao desenvolvimento e ajuda na ocorrência de desastres e emergências complexas em praticamente toda a região, dentre outros.⁵⁰

Nesse sentido, esse tipo de emprego das Forças Armadas parece ter sido uma solução de sucesso ao considerarmos que os países latino-americanos ainda não possuem instituições e estruturas civis que permitam agir de forma integral em atividades como segurança pública, desenvolvimento, saúde ou mesmo defesa civil. Assim, a experiência tem mostrado, que longe de se tornarem uma ameaça, os militares têm contribuído com o progresso dos países hemisféricos, construindo uma própria relação civil-militar, de caráter construtivo.

E a própria Declaração sobre Segurança das Américas da OEA, ao prever novas ameaças, aponta para a construção de soluções comuns entre civis e militares para os problemas de caráter multidimensional, por vezes transnacionais e que exigem esforços integrados.⁵¹ E dentre esses problemas destaco a pobreza extrema e a exclusão social que fragilizam a estabilidade democrática e debilitam a segurança das nações hemisféricas, estando a juventude incluída nesse contexto. Portanto, essa nova relação civil-militar latino-americana pode ser uma janela de oportunidade para a consecução de um

⁴⁶ David Pion-Berlin, “Gestão Política dos Militares na América Latina.” *Military Review*, janeiro - fevereiro 2005, 19-31.

⁴⁷ Sébastien Dubé e Viviana García Finch, “As tarefas contemporâneas das forças armadas latino-americanas e a necessária revisão da teoria da consolidação democrática”, *Estudios Ibero-Americanos*, 38, no. 1 (janeiro-junho de 2012): 2-12.

⁴⁸ David Pion-Berlin e Igor Acácio, “The Return of the Latin American Military?”, *Journal of Democracy*, v.31, n.31 (outubro 2020):151-165.

⁴⁹ David Pion-Berlin, “Unexpected Civil-Military Relations in 21st Century Latin America”, *Nueva Sociedad* 213 (janeiro-fevereiro 2008): 50-63.

⁵⁰ David Pion-Berlin.

⁵¹ Organização dos Estados Americanos (OEA), *Declaração Sobre Segurança nas Américas*, (Cidade do México: Conferência Especial sobre Segurança, 2003), acessado em 05 de setembro de 2022, http://www.oas.org/documents/por/DeclaracionSecurity_102803.asp

planejamento estratégico de desenvolvimento dos países hemisféricos e que incluam os jovens como atores que ajudarão a construir um futuro de prosperidade.

Por outro lado, há de se destacar que muitas das novas ameaças multidimensionais, constantes da Declaração sobre Segurança das Américas, não são tão novas assim, a exemplo da própria pobreza extrema e exclusão social. Concordo com a ideia de que a mudança ocorreu somente na forma de perceber tais ameaças em tempos de paz no continente.⁵² Desse modo, de um lado estão os que defendem o profissionalismo estrito, em que os militares devam atuar somente no âmbito de suas tarefas convencionais. De outro estão aqueles que advogam que as Forças Armadas devam ser empregadas em atividades de desenvolvimento dos países, onde se encaixa a inclusão da juventude.

Assim, parece necessário que a Defesa tenha suas missões redefinidas, segundo uma visão estratégica, a fim de atingir os objetivos propostos pelos países em um horizonte temporal alongado. Dentre essas missões, destacam-se: combate às ameaças tradicionais e não-tradicionais, incluindo funções de segurança pública; compromissos estratégicos internacionais; e apoio ao desenvolvimento nacional.⁵³ Portanto, além de adaptar e otimizar as estruturas militares para melhor cumprir as missões previstas, as Forças Armadas devem ser transformadas, de modo a deterem novas capacidades para cumprir novos tipos de missões. Mas isso implica na necessidade de definir muito bem o papel dos militares em atividades relacionadas ao desenvolvimento nacional, a fim de não descaracterizarem as Forças Armadas de sua obrigação primordial de zelar pela defesa da pátria.⁵⁴

Mas, não se deve esquecer que o emprego de militares no contexto da segurança multidimensional só ocorre devido à carência de instituições civis capazes de enfrentar os desafios não-tradicionais. E por este motivo, as Forças Armadas devem ser empregadas de forma limitada no tempo e no espaço, dentro de um projeto estratégico de fortalecimento institucional, de modo a não comprometer o processo de amadurecimento da democracia no Hemisfério Ocidental.⁵⁵

Nesse sentido, ressalta-se as diversas crises de caráter sanitário, econômico, político, de

⁵² Jaime Garcia Covarrubias, “New threats and defense transformation: the Ccase of Latin America”, *Low Intensity Conflict & Law Enforcement* 12, no. 3 (2004): 1-8.

⁵³ Covarrubias.

⁵⁴ Covarrubias.

⁵⁵ Carlos Barrachina e Juan Rial, “Los Ministerios de Defensa en América Latina y las Consecuencias de la Multidimensionalidad de las Amenazas”, trad. pelo Colégio Interamericano de Defesa como “Os Ministérios da Defesa na América Latina e as Consequências da Multidimensionalidade das Ameaças”, *América Latina Hoy* (agosto 2006): 1-20.

violência, de criminalidade e de corrupção pela qual passa o Hemisfério. Todas elas revelam a fragilidade das instituições democráticas dos países, em que destaque a extrema dependência das Forças Armadas por ocasião da pandemia da COVID-19. Nesse momento, os militares tiveram elevado protagonismo ao colocarem a capacidade logística militar em prol da sociedade. Se por um lado esse emprego militar foi essencial para lidar com a pandemia, por outro evidenciou um certo risco para as relações civis-militares, ao expor a incapacidade das instituições de lidarem com o problema em questão.⁵⁶

Além disso, as Forças Armadas gozam de elevados índices de confiança junto à população, apresentando-se também como soluções rápidas e mais econômicas que os governos têm a mão para a solução de problemas no curto prazo. Mas os desafios multidimensionais exigem que sejam observados segundo lentes do desenvolvimento (bem-estar), com uma visão de longo prazo, além das visões curto prazo por meio das lentes humanitárias (emergências) e de segurança (riscos e ameaças). Dessa forma, os problemas hemisféricos devem ser analisados de forma holística, buscando soluções de Estado no longo prazo, priorizando a colaboração, o desenvolvimento das capacidades institucionais, bem como estreitar os laços entre civis e militares.⁵⁷

Em consequência, a gestão da defesa deve ser encarada como uma política pública.⁵⁸ Dessa forma, em um ambiente construtivo e estável de relação civil-militar, o emprego das Forças Armadas deve estar previsto em leis e outros documentos e que perdurem no tempo, ultrapassando diversos governos, conforme se caracteriza uma política de Estado.⁵⁹ Além disso, a defesa deve obedecer ao interesse geral nacional e ser condicionada pelo ambiente internacional, o que também reforça a necessidade de ser uma política de Estado.⁶⁰ Portanto, tanto as missões tradicionais, quanto aquelas de caráter multidimensional, deveriam ser traduzidas em uma política de defesa que seja uma política de Estado, a fim de estarem livres de armadilhas ideológicas de governos de

⁵⁶ Mark Hamilton, Marco Plancarte e Omar Rodriguez Ceballos, “La piedra angular de las instituciones: Reflexiones hemisféricas en contexto de las crisis multidimensionales”, em *Corruption and Institutionalization*, editores M. Bartolomé e M. Borges (Washington DC: IADC, 2022), 132-51.

⁵⁷ Mark Hamilton, “Relaciones cívico-militares: relaciones críticas y multidimensionales para el hemisferio,” *Seguridad, Ciencia y Defensa*, no. 6 (2020): 118-27.

⁵⁸ Isidro Sepúlveda e Sonia A. Mejías, “La administración de la defensa en América Latina – Normativa y Organización de la Defensa”, traduzido pelo Colégio Interamericano de Defesa como “Gestão da Defesa na América Latina - Organização e Regulações de Defesa”, (Madrid: Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado, 2008), 13.

⁵⁹ Claudia Bernazza, “Proyectos Nacionales o políticas de Estado? Aportes ao lenguaje de la política”, traduzido pelo Colégio Interamericano de Defesa como “Projectos nacionais ou políticas de Estado? Contribuições para a linguagem da política”, *Resenas y Debates 7*, No. 65 (Instituto Argentino de Desenvolvimento Económico, mayo 2011), 1-4.

⁶⁰ Rut Diamint, “La institucionalidad democrática de la Defensa”. *RESDAL*, 2012, 31-32.

ocasião e poderem contribuir com a estabilidade democrática e regional, o desenvolvimento nacional e um projeto de futuro para as nações latino-americanas.

E para dar publicidade e transparência às políticas de defesa, ressalto a importância do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). Este documento contribui também para mostrar a política de defesa como uma política pública, legitimando-a como uma política de Estado. Além disso, ao se elaborar e revisar os livros brancos, as relações civis-militares podem ser reforçadas, ao promover o diálogo com outros atores públicos e privados e proporcionar o trabalho interagências e intergovenamental.⁶¹ Isso permite abranger assuntos mais amplos relacionados à defesa, a exemplo das ameaças não-tradicionais constantes da Declaração sobre Segurança das Américas, a qual inclui a exclusão social e o crime organizado transnacional, onde insere-se a juventude, foco deste trabalho.⁶²

Assim, qualquer ação que vise a atuação dos militares em prol da juventude, contribuindo para reduzir a exclusão social e violência, além de ser objeto de uma política pública, deve ser planejada de forma integrada com os setores público e privado. A busca por um ambiente estável e seguro vai além do emprego de medidas repressivas no estilo *mano dura*. Ela exige envolvimento integral da sociedade, junto com um Estado que seja responsável pela sua segurança e bem-estar.⁶³ Em outras palavras, pode-se dizer que há de se ter um compromisso de longo prazo e que envolva também ações preventivas e de cunho social, a fim de “reverter a exclusão”,⁶⁴ dentro de uma relação harmônica entre civis e militares.

Experiências das Forças Armadas do Hemisfério Ocidental na inclusão social da juventude

Até o presente momento, verificamos a importância que a juventude tem para se escrever o futuro dos países hemisféricos. O modo como um país lida com seus jovens gera reflexos diretos para a estabilidade e segurança multidimensional. Dessa forma, podemos afirmar que o tema está diretamente relacionado ao emprego das Forças

⁶¹ Rodrigo Atria Benaprés, “Libros de la defensa: una base común para su elaboración”, em *Políticas de Defensa y elaboración de libros blancos: experiencias latinoamericanas*, coord. Guillermo Pacheco Gaitán, (Guatemala: Ediciones Legales Comercio e Industria, 2003), 13-25.

⁶² Organização dos Estados Americanos (OEA), *Declaração Sobre Segurança*.

⁶³ Robert Muggah, “Combatendo o Crime”.

⁶⁴ Ashley Morse, Adam Isacson e Maureen Meyer, “Combatendo a Violência Urbana na América Latina: Revertendo a Exclusão Através do Policiamento Inteligente e Investimento Social”, Washington Office on Latin America, junho de 2011, 2-18.

Armadas, as quais podem colaborar com a inclusão da juventude, dentro de uma perspectiva estratégica.

Porém, assim como vimos que a defesa deve ser uma política de Estado, a fim de permanecer imune às ideologias de momento, a participação dos militares em prol da juventude também deve estar inserida em uma visão de longo prazo, amparada por leis ou outros documentos, a exemplo do Livro Branco de Defesa Nacional.

Mas, apesar dos avanços obtidos em termos de legislação, na realidade a força da juventude ainda não tem sido efetivamente considerada quando se busca a paz duradoura. Em outras palavras, o poder de mobilização da juventude marginalizada não tem entrado como variável importante nos planejamentos de defesa e segurança. O mundo real mostra que os jovens tanto integram a força adversa nos conflitos, como também fazem parte da solução para a paz, por meio do oferecimento de alternativas para inclusão social, por exemplo. Ainda é comum que jovens de comunidades mais carentes sintam medo quando na presença de militares. Portanto, o incremento do diálogo entre juventude e setores de defesa e segurança, bem como a colaboração interagências sobre o tema com o envolvimento de civis e militares e participação da comunidade, são fatores necessários para a construção da paz.⁶⁵

Nesse sentido, foi procurado saber quais práticas são ou poderiam ser adotadas pelos militares do Hemisfério para contribuir com a inclusão dos jovens na sociedade voltadas para a atenção primária de caráter preventivo,⁶⁶ mas que não tenham a finalidade de formação de quadros militares.

Inicialmente, foi pesquisado junto à Secretaria de Segurança Multidimensional da Organização dos Estados Americanos, bem como à Junta Interamericana de Defesa, porém não foi encontrado qualquer programa social de âmbito hemisférico, que preveja a participação dos militares na inclusão da juventude.

Posteriormente, foi verificada a possível existência de atividades dessa natureza em países interamericanos. Para tanto, os alunos do Curso de Mestrado em Defesa e

⁶⁵ Mark Hamilton, "Reflections on Youth and the Security Sector," em *The Ecology of Violent Extremism: Perspectives on Peacebuilding and Human Security*, ed. Lisa Schirch. (Washington DC: Rowman & Littlefield, 2018), 103-109.

⁶⁶ Ernesto Rodríguez, "Jóvenes y violências".

Segurança Interamericana do Colégio Interamericano de Defesa foram consultados.⁶⁷ Desse modo, foi possível obter informações sobre 14 países do Hemisfério Ocidental,⁶⁸ dentre os quais 07 apresentaram programas que visam a inclusão dos jovens na sociedade, segundo abordagens distintas.

Inicialmente, foram identificadas duas experiências interessantes em Barbados. Suas Forças de Defesa desenvolvem dois programas diretamente voltados para a juventude e sua inclusão na sociedade: o Corpo de Cadetes e o Programa de Esportes.

O Corpo de Cadetes de Barbados surgiu juntamente com a lei que criou as Forças de Defesa daquele país no final de década de 1970, apesar de sua origem remontar ao início do século passado.⁶⁹ Longe de ser somente uma academia de formação militar, o Corpo de Cadetes é uma escola secundária afiliada às Forças de Defesa, cuja missão principal é formar cidadãos, por meio de valores, desafios e conhecimentos que os jovens poderão utilizar na fase adulta. Para tanto, as crianças a partir de 11 anos de idade podem ingressar na escola, prosseguindo normalmente em seus estudos ao passo que tem oportunidade de receber educação civil-militar e obter conhecimentos diversos a exemplo de culinária e emergências médicas, além de prestarem serviços sociais à comunidade.⁷⁰ Já o Programa de Esportes visa o treinamento de atletas de alto rendimento, buscando desenvolver o desporto no país, oferecendo oportunidades para que os jovens possam, inclusive, ingressar na universidade pelo seu desempenho desportivo.⁷¹

No Brasil, encontramos alguns programas sociais já amadurecidos e que constam de seu Livro Branco de Defesa Nacional. Tais programas contribuem para minimizar o hiato social existente no país, sendo focados sobretudo na população vulnerável. Dentre estes, o Projeto Soldado Cidadão, o Programa Forças no Esporte (PROFESP), o Projeto

⁶⁷ Nota do autor: O Colégio Interamericano de Defesa é um braço educacional da Junta Interamericana de Defesa e independente da Organização dos Estados Americanos. Anualmente, o Colégio conduz o Mestrado em Ciências e Diploma em Defesa e Segurança Interamericana, a fim de preparar assessores estratégicos para ocuparem posições de alto nível nos países do Hemisfério Ocidental. No corrente ano letivo, a Classe 62 é formada por 68 alunos oriundos de 14 países.

⁶⁸ Nota do autor: Barbados, Brasil, Chile, Colômbia, Estados Unidos, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Panamá, Peru, República Dominicana, Uruguai.

⁶⁹ Barbados Parliament, *Defence Act 1979-25*, 15 de agosto de 1979, acessado em 20 de setembro de 2022, <http://104.238.85.55/en/showdoc/cs/159>

⁷⁰ Barbados Cadets Corps, “Barbados Cadet Corps”, Barbados Defence Corps, acessado em 20 de setembro de 2022, <https://www.cadets.bdfbarbados.com/>

⁷¹ Sports Programme, “About the Sports Programme”, Barbados Defence Forces, acessado em 20 de setembro de 2022, <https://www.bdfbarbados.com/sport-programme/>

João do Pulo (PJP), o Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR) e o Projeto Rondon têm a juventude como principal protagonista.⁷²

O Programa Soldado Cidadão tem por finalidade inserir o jovem que presta o serviço militar inicial⁷³ na sociedade, por meio de cursos profissionalizantes. Paralelamente às atividades militares, os jovens têm a oportunidade de realizar cursos no meio civil em áreas de maior demanda no mercado de trabalho regional, a exemplo de telecomunicações, mecânica, alimentação, construção civil, artes gráficas, confecção, têxtil, eletricidade, comércio, comunicação, transportes, informática e saúde. Em vigor há 18 anos, o programa tem proporcionado a inserção no mercado de trabalho a milhares de jovens.⁷⁴

Na área dos desportos, um programa social de relevância do Ministério da Defesa com parceria de outros Ministérios do Brasil é o PROFESP. Com foco na prática esportiva, desde o ano de 2003 o programa oferece também reforço escolar e outras atividades de orientação vocacional e de cidadania. Anualmente atende cerca de 30 mil crianças e adolescentes entre 6 e 18 anos de idade, que participam de atividades educacionais e esportivas fora do horário escolar, bem como recebem atendimento médico e odontológico.⁷⁵

Outros programas desportivos são o PJP e PAAR. Criado em 2015, Projeto João do Pulo⁷⁶ tem como prioridade incluir socialmente crianças com vulnerabilidade social e deficiência, a partir dos seis anos de idade, a fim de oferecer-lhes a inclusão por meio de atividades paradesportivas.⁷⁷ Já o PAAR, criado em 2008, guarda uma certa semelhança com o Programa de Esporte de Barbados, ao preparar atletas de alto rendimento para competições de alto nível, sendo conduzido pelo Ministério da Defesa em parceria com o Ministério da Cidadania. Porém, diferentemente do PJP, que visa diretamente a inclusão social de jovens deficientes, o PAAR tem como objetivo de longo prazo o incremento do

⁷² Brasil, “Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)”, 2020, 118-124, acessado em 20 de setembro de 2022, https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf

⁷³ Nota do autor: O serviço militar no Brasil é de caráter obrigatório para os cidadãos do sexo masculino, devendo o jovem realizar o alistamento após completar 18 anos de idade. Porém, ingressam nas Forças Armadas apenas cerca de 5% dos jovens que se alistam, visto que não há vagas disponíveis para todos eles. Dos que prestam o serviço militar, cerca de 90% regressam ao meio civil logo após um ano.

⁷⁴ Brasil, “Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)”, 118.

⁷⁵ Brasil, 119.

⁷⁶ Nota do autor: O nome do projeto é em homenagem a João Carlos de Oliveira, o “João do Pulo”, militar e atleta brasileiro recordista mundial de salto triplo e medalhista olímpico, cuja carreira no esporte foi encerrada tragicamente após um acidente automobilístico, quando perdeu uma das pernas.

⁷⁷ Brasil, “Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)”, 120.

nível das equipes desportivas nacionais, mas que, de todo modo, tem servido de estímulo para a inclusão da juventude por meio do esporte.⁷⁸

Porém, o programa social de maior longevidade coordenado pelo Ministério da Defesa do Brasil é o Projeto Rondon, do qual participam outros ministérios, governos estaduais e municipais, bem como diversas universidades. Criado no ano de 1967, o projeto visa a fortalecer a cidadania de jovens universitários, os quais são deslocados para municípios com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), a fim de apoiarem na capacitação de agentes locais em áreas como saúde, agricultura e saneamento básico, buscando a melhoria das condições de vida da população local. Anualmente cerca de mil estudantes participam do projeto, tendo sido atendido mais de mil municípios brasileiros.⁷⁹

Na Colômbia, apesar de não ter sido identificada qualquer experiência de inclusão social da juventude pelas Forças Armadas, cabe ressaltar o programa “Jovens de Bem” da Polícia Nacional, considerando que esta instituição é força integrante do Ministério de Defesa Nacional. Criado há mais de uma década, o programa tem como alvo os jovens residentes em áreas de risco, onde o nível de violência é elevado, os quais são capacitados em áreas técnicas e tecnológicas, a fim de serem inseridos no mercado de trabalho.⁸⁰ Realizado em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Ministério do Trabalho, o “Jovens de Bem” tem tido elevado sucesso ao conseguir atrair membros de gangues e contribuir para a redução de delitos em algumas regiões. Um fator interessante é a forma de comunicação utilizada, empregando diversos meios de expressão, como as manifestações artísticas a exemplo do grafite.⁸¹

Um outro trabalho significativo em prol dos jovens é realizado nos Estados Unidos da América. Mesmo em um país desenvolvido com instituições fortes e Estado presente, as Forças Armadas contribuem para a inclusão da juventude. Destaco então o Programa da Guarda Nacional Desafio Juvenil (National Guard Youth Challenge Program – NGYCP). Criado em 1993 pela Guarda Nacional, o NGYCP tem por finalidade ajudar jovens entre 16 e 18 anos de idade, com vulnerabilidade social, e que enfrentam dificuldade para completarem o Ensino Médio. Sem custos e de caráter voluntário, o

⁷⁸ Brasil, 121.

⁷⁹ Brasil, 123-124.

⁸⁰ Jóvenes a lo bien, “Jóvenes a lo bien”, Policía Nacional de Colombia, acessado em 20 de setembro de 2022, <https://www.policia.gov.co/programas-sociales/jovenes-a-lo-bien>

⁸¹ Cosecha, “Colombia: Pandilleros que quieren ser “Jóvenes a lo Bien”, Cosecha Roja, 03 de agosto de 2012, acessado em 20 de setembro de 2022, <https://www.cosecharoja.org/colombia-pandilleros-que-quieren-ser-jovenes-a-lo-bien/>

programa utiliza um modelo militarizado de duração de 17 meses e presente em 28 estados, além de Porto Rico e do Distrito de Columbia. Com foco em valores, empoderamento e cidadania, visa a preparação para a vida adulta, além de proporcionar créditos para a conclusão da educação básica, acesso ao nível superior ou uma porta de entrada para o mercado de trabalho. Segundo a Guarda Nacional, o retorno dos recursos públicos investidos gira em aproximadamente 166%, resultando em significativo sucesso desse programa destinado à inclusão da juventude.⁸²

Em Honduras, uma das formas que a defesa encontrou para colaborar com a inclusão da juventude foi por meio do Programa Guardiães da Pátria. Em funcionamento desde 2002, o programa tem por finalidade retirar crianças e adolescentes de situação de vulnerabilidade, por meio de oficinas que contribuam com rendimento escolar, civismo, desenvolvimento físico e mental, além de apoio espiritual. Por meio de parcerias com mais de 100 entidades públicas e privadas, as atividades funcionam nas próprias instalações das escolas públicas de regiões de risco. No ano de 2019, os Guardiães da Pátria já haviam graduado cerca de 12% da população de crianças de Honduras, com capacidade anual de aproximadamente 25 mil jovens.⁸³

Quanto ao México, embora não tenha sido identificado um programa voltado à juventude que seja coordenado diretamente pela Secretária de Defesa Nacional, os militares do Exército e da Guarda Nacional participam do Programa “Jovens Construindo o Futuro”, do governo mexicano.⁸⁴ Iniciado no ano de 2019, o programa já atendeu mais de duzentos mil jovens entre 18 e 29 anos que nem trabalham, nem estudam, oferecendo-lhes capacitação profissional e uma bolsa de estudo por um ano.⁸⁵ Dentre várias instituições envolvidas, as Forças Armadas participam ensinando um ofício aos jovens em instalações militares, a exemplo da aprendizagem em fábricas de uniformes.⁸⁶

⁸² National Guard Youth Challenge, “National Guard Youth Challenge”, National Guard, acessado em 22 de setembro de 2022, <https://ngchallenge.org/>

⁸³ Jennifer Avila e Fernando Silva, “Guardianes de la patria: la huella militar y religiosa en la niñez de un país violento”, *Contra Corriente*, 04 de dezembro de 2019, acessado em 24 de setembro, <https://contracorriente.red/2019/12/04/guardianes-de-la-patria-la-huella-militar-y-religiosa-en-la-ninez-de-un-pais-violento/#:~:text=Guardianes%20de%20la%20Patria%20es,y%20ni%C3%B1as%20de%20comunidades%20aleda%C3%B1as.>

⁸⁴ Secretaría de la Defensa Nacional, *Programa Sectorial de Defensa Nacional 2020-2024*, 23, acessado em 22 de setembro de 2022, http://transparencia.sedena.gob.mx/pdf/Programa_Sectorial_2020-2024/PROGRAMA_SECTORIAL_2020-2024.pdf

⁸⁵ Secretaría del Trabajo y Previsión Social, “Jóvenes construyendo el futuro”, Gobierno de México, acessado em 22 de setembro de 2022, <https://jovenesconstruyendoelfuturo.stps.gob.mx/>

⁸⁶ Jóvenes construyendo el futuro, “Jóvenes Construyendo el Futuro en el Ejército”, Reportajes JCF, 19 de fevereiro de 2020, vídeo, <https://www.youtube.com/watch?v=b3yqhXW84hQ>

Já na República Dominicana, as Forças Armadas conduzem um tipo de serviço militar voluntário, orientado para a incorporação de valores cívico-militares na juventude, que na verdade mostra-se como um programa educacional com viés militar. Iniciado no ano de 2001 e com mais de cinquenta mil graduados, o programa dura cerca de 24 semanas, sendo dividido em uma etapa militar e outra patriótica.⁸⁷

O quadro a seguir resume as iniciativas identificadas nos países hemisféricos, segundo os critérios de formação militar, política de defesa ou LBDN, parceria com outros órgãos e capacitação profissional.

País	Programa	Formação Militar	Política de Defesa ou LBDN	Parceria com outros órgãos	Capacitação profissional
Barbados	Corpo de Cadetes	X	X	X	X
	Programa de Esportes			X	
Brasil	Soldado-Cidadão		X	X	X
	PROFESP		X	X	
	PJP		X	X	
	PAAR	X	X	X	
	Projeto Rondon		X	X	X
Colômbia	Jovens de Bem			X	X
Estados Unidos	NGYCP	X		X	
Honduras	Guardiães da Pátria			X	
México	Jovens Construindo o Futuro			X	X
República Dominicana	Serviço Militar Voluntário	X		X	

Quadro-resumo de experiências das Forças Armadas na inclusão da juventude.

Fonte: o autor.

Dentre os 12 programas identificados, 04 funcionam seguindo uma dinâmica de instruções militares, embora não tenham o objetivo de capacitar quadros para as Forças Armadas. Uma observação quanto ao Projeto Soldado-Cidadão, do Brasil, é que ele é voltado exclusivamente para militares do serviço militar obrigatório, mas é conduzido

⁸⁷ Serviço Militar Voluntário, “Serviço Militar Voluntario: honor, disciplina, patriotismo”, República Dominicana, acessado em 23 de setembro de 2022, <https://www.smv.mil.do/index.php>

integralmente em instituições de ensino civil, de modo a permitir a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

No que se refere à política de defesa ou difusão por meio do livro branco, apenas os programas brasileiros e o Corpo de Cadetes de Barbados satisfazem esse critério. Porém, ressalta-se que este último é referenciado apenas na lei de criação das Forças de Defesa de Barbados. Por outro lado, à exceção do Programa “Jovens Construindo o Futuro” do México, o qual foi criado recentemente, todos os outros programas têm perdurado no tempo, atravessando diferentes governos, mesmo não estando incluídos em uma política de defesa ou previsto no LBDN.

Quanto ao critério de parceria com outros órgãos, todos os programas são de caráter interagências, integrando-se com a sociedade dentro de um ambiente de boa relação civil-militar. No que se refere à capacitação profissional, 05 programas oferecem o preparo técnico necessário para a inserção no mercado de trabalho. Mesmo assim, todos os programas de alguma forma contribuem para a formação da personalidade, segundo valores cívicos e morais, preparando os jovens para uma vida em sintonia com a sociedade e afastada de vícios e de atividades ilícitas.

Um fato importante a se ressaltar é que todos os programas aqui expostos são de caráter voluntário, não tendo sido identificada a pretensão de imposição ou controle da população. Do mesmo modo, tampouco foi identificado qualquer concorrência ou conflito entre esses programas e outros similares de outros setores públicos ou privados, mostrando que essas experiências são uma contribuição extra para que a juventude possa ser incluída em sociedade, facilitando a transição para a vida adulta. Além disso, tais programas são instrumentos importantes de aproximação e futura interação com a parcela da juventude marginalizada que não deseja contato com os militares, por motivos que vão desde o medo até o envolvimento com organizações criminosas ou paramilitares, por exemplo.

Observa-se também que, mesmo guardando algumas similaridades entre si, conforme os critérios apresentados, as diversas experiências das Forças Armadas mostram terem sido construídas de forma individualizada para cada região ou público-alvo, dentro da perspectiva apresentada anteriormente de que a semente para a solução de conflitos já existe em cada local, cabendo apenas empregar a ferramenta adequada para solucioná-los.⁸⁸

⁸⁸ John Paul Lederach, *Preparing for Peace*.

Um ponto de vista interessante, é que a capilaridade das instituições de defesa e segurança faz com estas tenham abrangência de forma integral nos territórios de seus países, além de trafegar de forma natural nas esferas federal, estadual e municipal, mantendo ligações tanto com o nível político decisor quanto com a comunidade, além de outros atores civis de relevância, a exemplo do meio acadêmico e organizações religiosas e não-governamentais.

Portanto, segundo o paradigma de Reimann, de uma maneira geral os programas apresentados podem ser caracterizados como instrumentos de transformação conflitos, na medida em que visam a paz a longo prazo, por meio da inclusão social de jovens, contribuindo para enfrentar as violências direta, estrutural e cultural. Nesse ponto, os militares contribuem como uma ponte entre os atores de primeira, segunda e terceira via, facilitando o diálogo e a compreensão mútua acerca dos problemas e anseios locais da juventude, bem como construindo soluções de paz tanto de cima para baixo, como de baixo para cima.⁸⁹ Do mesmo modo, a contribuição dos programas para com a juventude traduz-se na possibilidade de diminuir a diferença entre o potencial e a real causador da violência, segundo a visão de Galtung.⁹⁰

Conclusões e recomendações

A dificuldade de comunicação característica do choque de gerações sempre coloca jovens em campo oposto ao senso comum, desafiando o *status quo*. Mas o conflito resultante se bem conduzido, pode gerar resultados construtivos para a sociedade, a qual normalmente resiste às novas ideias oriundas do idealismo, criatividade e energia típicos da juventude.

O problema é quando o hiato existente entre a realidade presente e a expectativa juvenil é tão expressivo, que causa a ruptura que gera a violência. Nesse sentido, a omissão ou mesmo incapacidade do Estado, aliado à exclusão dos jovens da agenda pública, contribui para a descrença na sociedade organizada, criando um ambiente fértil para a cooptação da juventude pelo crime organizado, formação de gangues ou outras formas de reunião e movimentos à margem da legalidade. Tal panorama é amplificado exponencialmente pela utilização maciça dos meios de informação e comunicação, com destaque para as mídias sociais na internet, como elemento de mobilização e ocupação dos espaços físicos e virtuais.

⁸⁹ Cordula Reimann, “Assessing the State-of-the-Art”, 4-13.

⁹⁰ Johan Galtung, “Violence, Peace”, 167-191.

Portanto, o grande desafio é como diminuir a distância entre o mundo real e aquele esperado pelos jovens, principalmente na maioria dos países do Hemisfério Ocidental, onde a desigualdade social e baixa capacidade das instituições frustram as esperanças de parcela significativa da juventude, a qual encontra nas atividades ilícitas e na violência um atalho para satisfazer suas necessidades materiais e afetivas. Longe de renunciar a medidas repressivas, quando necessário, visualiza-se conjugar a “mão dura” com a atuação preventiva, sendo este um investimento de longo prazo dentro de uma visão estratégica de nação.

Assim, cabe a todos os setores da sociedade organizada participar da inclusão da juventude na sociedade, no que tange a atenção primária, como forma de escrever seu próprio futuro. Por isso mesmo, as Forças Armadas podem participar desse movimento não de forma exclusiva, mas de modo colaborativo, complementando outras iniciativas públicas e privadas e de forma interagências. Longe de desvincular com a missão primordial de defesa da pátria, atuar sobre a juventude é investir também em defesa e segurança, principalmente no contexto da segurança multidimensional em um Hemisfério com baixo índice de conflitos interestatais.

Além disso, os países interamericanos de uma maneira geral já desenvolveram seu próprio modo de conduzir as relações civis-militares, em que as Forças Armadas já não mais representam uma ameaça ao controle civil-militar. Muito pelo contrário, a experiência demonstra que os militares têm naturalmente sido empregados em atividades subsidiárias em prol do desenvolvimento nacional, sem riscos de uma ruptura democrática e sem diminuir sua capacidade de emprego convencional.

Porém, apesar de o conceito de segurança multidimensional constante da Declaração sobre Segurança nas Américas, da Organização dos Estados Americanos, já estar consolidado no Hemisfério Ocidental, não foi identificada qualquer ação voltada para empregar os militares no enfrentamento à exclusão social, sobretudo da juventude.

O interessante é que várias Forças Armadas de países do Hemisfério já conduzem de forma construtiva programas de inclusão da juventude, segundo suas capacidades e necessidades. Embora este trabalho não tenha abrangido todo o continente, a identificação de diferentes experiências com jovens em 07 países tão diferentes entre si já pode ser considerada uma amostra efetiva de que é possível haver a participação dos militares na colaboração para a inclusão juvenil. A permanência no tempo dos programas apresentados, independentemente de serem objetos de políticas de Estado, já representa

por si só o sucesso dessas experiências, as quais abrem uma porta a mais para os jovens, por meio dos estudos, dos esportes, da capacitação profissional, dos valores cívicos e morais, dentre outras formas.

E apesar dos programas apresentados não abrangerem a parcela da juventude que não deseja a aproximação com os militares, seja por motivos afetivos ou mesmo por desempenharem atividades fora da lei, tais práticas já são um primeiro passo para futuramente possibilitar a construção de uma ponte que vise a conquista de corações e mentes de jovens que carecem de alternativas para a inclusão social.

Portanto, a partir de experiências bem-sucedidas no continente, sugere-se que o tema da colaboração das Forças Armadas na inclusão da juventude seja tratado de maneira integrada pela Organização do Estados Americanos, por meio da Junta Interamericana de Defesa e pela Secretaria de Segurança Multidimensional. Dessa forma, as melhores práticas podem ser difundidas para os países hemisféricos. Além disso, é possível proporcionar sinergia no continente sobre o assunto, unindo países com desafios em comum.

Por fim, acredito que as Forças Armadas, ao participarem de programas de inclusão da juventude, estão colaborando com a nação para escrever um futuro de paz e segurança e prosperidade, na medida em que os jovens são os verdadeiros protagonistas do amanhã.

Bibliografia

- Avila, Jennifer e Silva, Fernando. “Guardianes de la patria: la huella militar y religiosa en la niñez de un país violento”. *Contra Corriente*, 04 de dezembro de 2019. Acessado em 24 de setembro. <https://contracorriente.red/2019/12/04/guardianes-de-la-patria-la-huella-militar-y-religiosa-en-la-ninez-de-un-pais-violento/#:~:text=Guardianes%20de%20la%20Patria%20es,y%20ni%C3%B1as%20e%20comunidades%20aleda%C3%B1as>.
- Barbados. Barbados Cadet Corps”. Barbados Defence Corps. Acessado em 20 de setembro de 2022. <https://www.cadets.bdfbarbados.com/>
- Barbados. *Barbados Parliament. Defence Act 1979-25*, 15 de agosto de 1979. Acessado em 20 de setembro de 2022. <http://104.238.85.55/en/showdoc/cs/159>
- Barbados. “About the Sports Programme”. Barbados Defence Forces. Acessado em 20 de setembro de 2022. <https://www.bdfbarbados.com/sport-programme/>
- Barrachina, Carlos e Rial, Juan. “Los Ministerios de Defensa en América Latina y las Consecuencias de la Multidimensionalidad de las Amenazas”. Traduzido pelo Colégio Interamericano de Defesa como “Os Ministérios da Defesa na América Latina e as Consequências da Multidimensionalidade das Ameaças”. *América Latina Hoy* (agosto 2006): 1-20.
- Benaprés, Rodrigo Atria. “Libros de la defensa: una base común para su elaboración”, em *Políticas de Defensa y elaboración de libros blancos: experiencias latinoamericanas*, coordenado por Guillermo Pacheco Gaitán, 13-25. Guatemala: Ediciones Legales Comercio e Industria, 2003.
- Bernazza, Claudia. “Proyectos Nacionales o Políticas de Estado? Aportes ao lenguaje de la política”. Traduzido pelo Colégio Interamericano de Defesa como “Projectos nacionais ou políticas de Estado? Contribuições para a linguagem da política”. *Resenas y Debates* 7, No. 65, 1-4. Instituto Argentino de Desenvolvimento Económico, mayo 2011.
- Brasil. “Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)”, 2020, 118-124. Acessado em 20 de setembro de 2022. https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf
- Calderón, Fernando. “Ten theses concerning social conflict in Latin America”. Traduzido pelo Colégio Interamericano de Defesa como “Dez teses sobre o conflito social na América Latina”. CEPAL Revisão, nº 107 (agosto 2012): 7-29.
- Caritas. “Construindo a Paz: Um Manual de Treinamento de Caritas”. Caritas Internationalis, 66. Vaticano: Caritas Internationalis, 2005.
- Chainey, Spencer e Muggah, Robert. “Homicide concentration and retaliatory homicide near repeats: An examination in a Latin American urban setting”. *Police Journal: Theorie, Practice and Principles*, 2022, v.95(2), 255-275.
- Colômbia. “Jóvenes a lo bien”. Policia Nacional de Colombia. Acessado em 20 de setembro de 2022. <https://www.policia.gov.co/programas-sociales/jovenes-a-lo-bien>
- Cosecha. “Colombia: Pandilleros que quieren ser “Jóvenes a lo Bien”. *Cosecha Roja*, 03 de agosto de 2012. Acessado em 20 de setembro de 2022. <https://www.cosecharoja.org/colombia-pandilleros-que-quieren-ser-jovenes-a-lo-bien/>
- Covarrubias, Jaime Garcia. “New threats and defense transformation: the Case of Latin America”, *Low Intensity Conflict & Law Enforcement* 12, no. 3 (2004): 1-8.
- Diamint, Rut. “La institucionalidad democrática de la Defensa”. *RESDAL*, 2012, 31-32.
- Dubé, Sébastien e Finch, Viviana García. “As tarefas contemporâneas das forças armadas latino-americanas e a necessária revisão da teoria da consolidação democrática”. *Estudos Ibero-Americanos*, 38, no. 1 (janeiro-junho de 2012): 2-12.
- Estados Unidos da América. “National Guard Youth Challenge”. National Guard. Acessado em 22 de setembro de 2022. <https://ngchallenge.org/>
- Feaver, Peter. “The Civil-Military Problematique: Huntington, Janowitz, and the Question of Civilian Control.” *Armed Forces and Society*, 23, Winter 1996, 149-178.

- Galtung, Johan. "Violence, War, and Their Impact: On Visible and Invisible Effects of Violence". Polylog: Forum for Intercultural Philosophy (2004): 1-16. Acessado em 03 de setembro de 2022. <https://them.polylog.org/5/fgj-en.htm>
- Galtung, Johan. "Violence, Peace and Peace Research". Journal of Peace Research, v. 6, n. 3, 1969, p. 167-191.
- Gontero, Sonia. "Desigualdades en la transición de la escuela al trabajo entre los jóvenes latino-americanos". Apresentação, Painel sobre transição escola-trabalho na Oficina "Los retos de la inclusión laboral juvenil para una recuperación transformadora", Santiago, Chile, 09 de agosto de 2022.
- Hamilton, Mark. "Change Youth Can Believe In? Theories of Violent Mobilization and Lessons for Youth Peacebuilding in Policy and Practice." Unpublished Paper Presented at Annual Convention of the International Studies Association – ISA. New Orleans, February 2010, 3.
- Hamilton, Mark. "Relaciones cívico-militares: relaciones críticas y multidimensionales para el hemisfério." *Seguridad, Ciencia y Defensa*, no. 6 (2020): 118-27.
- Hamilton, Mark. "Reflections on Youth and the Security Sector." Em *The Ecology of Violent Extremism: Perspectives on Peacebuilding and Human Security*, ed. Lisa Schirch, 103-109. Washington DC: Rowman & Littlefield, 2018.
- Hamilton, Mark; Plancarte, Marco e Ceballos, Omar Rodriguez. "La piedra angular de las instituciones: Reflexiones hemisféricas en contexto de las crisis multidimensionales". Em *Corruption and Institutionalization*, Eds. M. Bartolomé e M. Borges, 132-51. Washington DC: IADC, 2022.
- Huntington, Samuel P. *The Soldier and the State: The Theory and Politics of Civil-Military Relations*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 1957. 7-97.
- Janowitz, Morris. *The Professional Soldier: A Social and Political Portrait*. New York: The Free Press, 1971, 3-17.
- Jóvenes construyendo el futuro. "Jóvenes Construyendo el Futuro en el Ejército". Reportajes JCF, 19 de fevereiro de 2020. Vídeo, 02:06. <https://www.youtube.com/watch?v=b3yqhXW84hQ>
- Kliksberg, Bernardo. "O contexto da juventude na América Latina e no Caribe: as grandes interrogações". RAP, v. 40 (setembro-outubro 2006): 909-942.
- Lederach, John Paul, Building Peace: Sustainable Reconciliation in Divided Societies. Washington DC: United States Institute of Peace, 1997.
- Lederach, John Paul. Preparing for Peace: Conflict Transformation across Cultures. Syracuse: Syracuse University Press, 1995.
- Matyok, Thomas e Schmitz, Cathryne. "Existe motivo para estudos sobre a paz em um currículo centrado na guerra do futuro?". *Military Review*, setembro-dezembro 2014, 51-5.
- México. "Jóvenes construyendo el futuro". Secretaría del Trabajo y Previsión Social. Acessado em 22 de setembro de 2022. <https://jovenesconstruyendoelfuturo.stps.gob.mx/>
- México. Secretaría de la Defensa Nacional. *Programa Sectorial de Defensa Nacional 2020-2024*, 23. Acessado em 22 de setembro de 2022. http://transparencia.sedena.gob.mx/pdf/Programa_Sectorial_2020-2024/PROGRAMA_SECTORIAL_2020-2024.pdf
- Morse, Ashley; Isacson, Adam e Meyer, Maureen. "Combatendo a Violência Urbana na América Latina: Revertendo a Exclusão Através do Policiamento Inteligente e Investimento Social". *Washington Office on Latin America*, junho de 2011, 2-18.
- Muggah, Robert. "Combatendo o Crime Organizado na América Latina: Entre Mano Dura e Segurança Cidadã." Em *Promessas Não Cumpridas: A América Latina Hoje*, coordenado por Michael Shifter e Bruno Binetti, 31-55. Washington DC: Inter-American Dialogue, 2019.
- Organização das Nações Unidas. Conselho de Segurança. *Youth Peace and Security*, Resolução 2250 de 09 de dezembro de 2015, acessado em 25 de setembro de 2022, https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_res_2250.pdf

- Organização das Nações Unidas. “Los jóvenes y la COVID-19: efectos en los empleos, la educación, los derechos y el bienestar mental”. Informe de la encuesta 2020. Organização Internacional do Trabalho, 2020, 2-4.
- Organização das Nações Unidas. “Youth”. Acessado em 25 de setembro de 2022. <https://www.un.org/en/global-issues/youth>
- Organização das Nações Unidas. Assembleia Geral. *Declaration on the Promotion among Youth of the Ideals of Peace, Mutual Respect and Understanding between Peoples*. Resolução 237 de 07 de dezembro de 1965. Acessado em 25 e setembro de 2022. <https://www.ohchr.org/en/resources/educators/human-rights-education-training/3-declaration-promotion-among-youth-ideals-peace-mutual-respect-and-understanding-between-peoples>
- Organização dos Estados Americanos (OEA). *Declaração Sobre Segurança nas Américas*. Conferência Especial sobre Segurança, 2003. Acessado em 05 de setembro de 2022, http://www.oas.org/documents/por/DeclaracionSecurity_102803.asp
- Organização dos Estados Americanos. “Juventude”. Acessado em 25 de setembro de 2022. <https://www.oas.org/pt/topicos/juventude.asp>
- Organização Mundial de Saúde, “Youth violence”. Acessado em 10 de novembro de 2022. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/youth-violence>.
- Organização Panamericana de Saúde. “Profile of adolescents and youth in the Americas, with a focus on demographic and socioeconomic characteristics”, em *The Health of Adolescents and Youth in the Americas*, 05 de março de 2019. Acessado em 25 de setembro de 2022. <https://www.paho.org/adolescent-health-report-2018/part-one-a-profile-of-adolescents-and-youth-in-the-americas.html>
- Osorio, Allán S. “Segunda Encuesta Regional sobre Juventud & COVID19 en LAC. Grupo de trabajo sobre juventud”. Apresentação, Painel sobre a situação dos jovens na América Latina e Caribe na Oficina “Los retos de la inclusión laboral juvenil para una recuperación transformadora”. Santiago, Chile, 09 de agosto de 2022.
- Pion-Berlin, David e Acácio, Igor. “The Return of the Latin American Military?”. *Journal of Democracy*, v.31, n.31 (outubro 2020):151-165.
- Pion-Berlin, David. “Gestão Política dos Militares na América Latina”. *Military Review*, janeiro - fevereiro 2005, 19-31.
- Pion-Berlin, David. “Unexpected Civil-Military Relations in 21st Century Latin America”. *Nueva Sociedad* 213 (janeiro-fevereiro 2008): 50-63.
- Raquel García, “Diagnóstico y retos de la inclusión social y laboral de las y los jóvenes”. Apresentação, Painel sobre a situação dos jovens na América Latina e Caribe na Oficina “Los retos de la inclusión laboral juvenil para una recuperación transformadora”, Santiago, Chile, 09 de agosto de 2022).
- Reimann, Cordula. *Assessing the State-of-the-Art in Conflict Transformation: Reflections from a Theoretical Perspective*, 4-13. Berlin: Berghof Research Center for Constructive Conflict Management, 2004. Acessado em 04 de setembro de 2022. <https://berghof-foundation.org/library/assessing-the-state-of-the-art-in-conflict-transformation>
- República Dominicana. “Serviço Militar Voluntário: honor, disciplina, patriotismo”. Serviço Militar Voluntário. Acessado em 23 de setembro de 2022. <https://www.smv.mil.do/index.php>
- Rodríguez, Ernesto. “¿Radicalización juvenil potenciada o facilitada con internet?: comparando procesos en europa y américa latina, a propósito del vínculo entre jóvenes y terrorismo islamista”. Informe Final del Proyecto de Investigación “Identificando Diferencias entre América Latina y otras Regiones del Mundo, en el Complejo Vínculo entre el Internet y la Radicalización Juvenil”. Montevideo, outubro de 2017, 11-13. Acessado em 03 de setembro de 2022. <http://www.celaju.net/wp-content/publicaciones/2018/03/radicalizacion-juv-e-internet1.pdf>
- Rodríguez, Ernesto. “Jóvenes y ciudades en un mundo globalizado: relaciones intergeneracionales y espacio públicos de una perspectiva latino-americana y con enfoque de derechos”. Apresentação, Painel “Juventudes Interpeladas: de los

- Problemas de las Juventudes a la Ampliación de Derechos”, Santa Fe, Argentina, 01 de junho de 2016.
- Rodríguez, Ernesto. “Jóvenes y violencias en América Latina: dos miradas convergentes desde el enfoque de derechos humanos”. Apresentação, Seminário “Violencia Juvenil em Centroamérica: Iniciativas de Prevención y Rehabilitación desde la Sociedad Civil”, São Salvador, El Salvador, 29 de setembro de 2005.
- Search for Common Ground (SFCG). *Children Youth and Conflict: An Introductory Toolkit for Engaging Children and Youth in Conflict Transformation*. Washington, DC: SFCG, 2010.
- Sepúlveda, Isidro e Mejías, Sonia A. “La administración de la defensa en América Latina – Normativa y Organización de la Defensa”. Traduzido pelo Colégio Interamericano de Defesa como “Gestão da Defesa na América Latina - Organização e Regulações de Defesa”, 13. Madrid: Instituto Universitario General Gutiérrez Mellado, 2008.
- Vommaro, Pablo. *Juventudes y políticas en la Argentina y en América Latina: tendencias, conflictos y desafíos*, Buenos Aires: Grupo Editor Universitario, 75-79.
- Vommaro, Pablo. “Youth and mobilizations in Latin America: 20 years of persistence and prominence”, em *Social, political, and religious movements in the modern Americas*, coord, Pablo A. Baisotti (New York: Routledge, 2022), 50-76.